



ACTA N.º 4

SESSÃO ORDINÁRIA de 23 DE FEVEREIRO DE 2010

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábuas

Hora: 14,30

PRESENTES (36 Membros):

Dr. Sidónio Fernandes da Costa
Dr. João Carlos Canotilho Lage
Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Fernando de Carvalho Andrade
Dr.ª. Lúcia Paula da Costa Cabral
João Luiz Alves Fiúza
Dr.ª. Ana Sofia Abreu Rodrigues
Paulo Jorge Dinis Eliseu
Dr. Paulo Alexandre Domingos Marques
Dr.ª. Inês Marques de Sousa Ramos
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Dr.ª. Nádia Marques de Sousa Ramos
Eng.ª. Ana Isabel Pinto Alves
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Dr.ª. Vanda Patrícia Oliveira Mota
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gambôa (Presidente J. F. de Mouronho)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)
António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)
Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBRO DA ASSEMBLEIA FALTOSO (0): Ninguém.

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro
Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Dr.ª. Carla Sofia Silva Martins
Manuel António de Jesus Borges

VEREADORES AUSENTES:

Dr.ª. Ana Paula dos Santos Faria Neves
Dr. Jorge Manuel Cova Veigas

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.º Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009;

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Manuel de Brito Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, solicitou a alteração da última linha, do terceiro parágrafo, página cinco, onde se lê “ao caminho para a Quinta da Parda...”, **passee a constar**, “caminho para a Arroteia e Quinta do Cadaval” e onde se lê “ao pontão de acesso à Quinta do Socorro”, **passee a constar**, “no pontão sito na Quinta do Socorro”.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Carlos Canotilho Lage, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, solicitou a alteração da terceira linha, do segundo parágrafo, página quatro, onde se lê “(...) nomeadamente os pontos 16, 17 e 18, da parte final da Ordem do Dia, para a parte inicial da ordem do Dia, pois considera que não fazem sentido em termos de datas (...)”, **passe a constar**, “(...) nomeadamente os pontos 16, 17 e 18 do período da Ordem do Dia para o ponto 2 do período de Antes da Ordem do Dia, pois considera que os documentos referidos nos pontos supracitados, deveriam ter sido objecto de apreciação da Assembleia Municipal cessante e não desta nova Assembleia, dado tratar-se de documentos com data própria a incluir em sessão da referida Assembleia Municipal cessante”. Solicitou, ainda, a alteração da segunda linha, do terceiro parágrafo, página quatro, onde se lê “(...) não se enquadram no disposto na primeira parte da Ordem do Dia, visto serem apenas informações e não matéria a ser deliberada.”, **passe a constar**, “(...) não se enquadram no disposto no nº 2 do período de Antes da Ordem do Dia, visto serem apenas informações e não matéria a ser deliberada”. A finalizar, solicitou a alteração da segunda linha, do segundo parágrafo, página onze, onde se lê “(...) e no uso dela, demonstrou a sua preocupação com o montante da dívida do município, no valor de 2.234.594,23 €.”, **passe a constar**, “(...) e no uso dela, demonstrou a sua preocupação com o montante da dívida do município, a fornecedores e a prestadores de serviços, no valor de 2.234.594,23 €.”

Dada a palavra à Sra. Dra. Ana Sofia Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, solicitou a alteração da primeira linha, do quarto parágrafo, página vinte e seis, onde se lê “(...) Dra. Ana Rodrigues Abreu (...)”, **passe a constar**, “(...) Dra. Ana Sofia Abreu Rodrigues (...)”, e a alteração da última linha do mesmo, onde se lê “(...) não se sabe o orçamento do Pavilhão Multiusos.”, **passe a constar**, “(...) não se sabe o custo real do Pavilhão Multiusos”.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, no uso dela, solicitou a alteração da sexta linha, do segundo parágrafo, página seis, onde se lê “(...) a obrigatoriedade do pagamento do aluguer dos contadores terminou, mas foi substituída pelo aumento constante das taxas.”, **passe a constar**, “(...) a taxa de aluguer dos contadores terminou, face à lei, mas foi substituída pela Taxa de Disponibilidade, que já sofreu um aumento de 25 %, o que é inadmissível.”

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, Membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, solicitou a alteração da segunda linha, do primeiro parágrafo, página onze, onde se lê “(...) lamentou que a receita arrecadada (...)”, **passe a constar**, “(...) lamentou que a receita cobrada (...)”. Solicitou, ainda, a alteração da décima linha, do quarto parágrafo, página dezanove, onde se lê “(...) Terminou a sua intervenção,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentando uma declaração de voto (...)", passe a constar, " (...) Após votação, apresentou uma declaração de voto (...)".

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta a votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Extraordinária de 29 de Dezembro de 2009 e, da contagem dos votos dos trinta e seis membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Acta da Sessão Extraordinária de 29 de Dezembro de 2009.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIAÇÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia:

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Luiz Alves Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou uma proposta, sugerindo um Voto de Pesar pelas vítimas da recente tragédia ocorrida na região autónoma da Madeira, manifestando solidariedade a todos os madeirenses, e solicitando um minuto de silêncio.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, afirmou que a CDU subscreve a proposta apresentada pelo Director do Grupo Municipal do P.S.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De imediato, e uma vez que foi apresentada uma proposta de Voto de Pesar por um Membro da Assembleia, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi posta a mesma à votação, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e seis Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, o **VOTO DE PESAR**, e um minuto de silêncio, pelas vítimas da recente tragédia ocorrida na região autónoma da Madeira.

Dada novamente a palavra ao Sr. João Luiz Alves Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, apresentou uma proposta escrita, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1), propondo um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Comandante Luís dos Santos da Costa Branco, aos 92 anos de idade, e com uma grande carreira como piloto aviador dos Transportes Aéreos de Moçambique, que já havia sido homenageado, em 21 de Dezembro de 2005, por esta Assembleia Municipal, com um Voto de Louvor.

De imediato, e uma vez que foi apresentada uma proposta de Voto de Pesar por um Membro da Assembleia, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi posta a mesma à votação, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e seis Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, o **VOTO DE PESAR**, pelo falecimento do Senhor Comandante Luís dos Santos da Costa Branco.

Dada novamente a palavra ao Sr. João Luiz Alves Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca do possível encerramento do Centro de Saúde de Tábua, visto que, no dia 19 de Fevereiro de 2010, assistiu-se a uma vigília junto às instalações do mesmo, em protesto ao encerramento do SAP. Salientou que é do seu conhecimento que o executivo da Câmara Municipal tem feito tudo o que está ao seu alcance para impedir este encerramento, solicitando as informações actuais, e oficiais, que a Câmara Municipal recebeu acerca desta matéria. Solicitou, ainda, a todos os membros da Assembleia Municipal que, mediante as informações recebidas pela autarquia, se unam esforços e se elabore uma moção que faça eco junto do governo, para que o SAP do Centro de Saúde de



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tábua não encerrou. Terminou elogiando a forma animada como se viveu o carnaval no concelho, destacando o Baile de Carnaval dos Idosos, organizado pela Acção Social da Câmara municipal em parceria com as Instituições Sociais de Espaniz, Covas, Meda de Mouros, Mouronho, Midões, Póvoa de Midões, Fundação Sarah Beirão, ACUREDEPA e Fundação Octávio Maria de Oliveira; o Carnaval das Crianças, organizado pelos Agrupamentos de escolas de Tábua e Midões, com o apoio da Autarquia, e o Cortejo de Carnaval da Freguesia de Candosa, que percorreu as ruas de toda a freguesia, abrilhantado pela Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Tábua, numa organização da população local e da Junta de Freguesia de Candosa.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Manuel de Brito Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, solicitou alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, nomeadamente no que concerne às obras de saneamento de Sinde e Espaniz, à situação da placa de sinalização de localidade do IC6, questão que já havia frisado na Assembleia anterior, e ao estado que se encontram as estradas da freguesia de Sinde. Neste ponto salientou que alguns dos seus colegas Presidentes de Juntas de Freguesia já adquiriram alcatrão para minimizar alguns estragos, mas salientou que a Junta de Freguesia de Sinde não pode suportar esses gastos e não possui os meios necessários para fazer toda a fiscalização das vias, solicitando a intervenção dos fiscais e engenheiros da Câmara Municipal. Terminou referindo, ainda, a situação em que se encontra o caminho de acesso à Quinta da Parda, solicitando uma auto-niveladora para que se possa retirar o entulho que se encontra a bloquear a via.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou a sua preocupação com a questão dos aumentos constantes das facturas de água dos tabuenses, questão já abordada na Assembleia anterior. Referiu que comparou as facturas de água do Concelho de Tábua com as facturas do Concelho de Lisboa, concluindo que, nesta localidade, três metros cúbicos de água custam 6,90 €, enquanto em Tábua custa 9,27€, fazendo referência, também, ao acréscimo da Taxa de Disponibilidade cobrada pelas Águas do Planalto. Solicitou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal no que concerne à coloração da água canalizada da freguesia de Mouronho, que desde as enxurradas de 2006/2007 ficou com péssima coloração, facto já comunicado à delegada de saúde e ao director das Águas do Planalto, que concluíram que a estação de tratamento da freguesia não possui os equipamentos técnicos necessários para proceder à aclaração da água.

Dada a palavra à Sra. Fernanda da Costa Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Covas, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, questionou o Sr. Presidente da Câmara



Municipal acerca do "timing" para o alcatroamento da estrada de Loureiro a Vila Nova de Oliveira. Solicitou, ainda, esclarecimentos acerca do possível encerramento da Extensão de Saúde de Covas, visto existirem rumores de que o médico actual estará de saída e que o Ministério de Saúde não irá providenciar a sua substituição, salientando que, se tal acontecer, o mais provável é que a população da freguesia se manifeste.

Dada a palavra ao Sr. Amílcar Castanheira Luís, membro do Grupo Municipal do P. S., e no uso dela, após os cumprimentos iniciais, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua da existência, ou não, de um Plano de Ordenamento do concelho de Tábua. Em seguida, fez referência à legislação referente à propaganda política afixada na via pública, demonstrando que, na sua opinião, a mesma deve ser retirada assim que finda a campanha eleitoral, fazendo referência à propaganda do PCP, que continua a estar afixada nas vias públicas, propondo que a mesma seja retirada, ou pelo partido em causa, ou pela Câmara Municipal. Quanto à questão das Águas do Planalto, manifestou o seu descontentamento pelo facto de estes cobrarem, mesmo com o consumo a zero, a Taxa de Disponibilidade. No que respeita à vigília que se realizou no dia 19 de Fevereiro de 2010, em protesto ao encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua, perguntou quem foram os autores deste protesto, quem fez a convocatória, salientando que quem o fez deveria dar a cara. Salientou que, na sua opinião, existiram algumas falhas no projecto do Centro de Saúde de Tábua, salientando, também, que alguns profissionais de saúde foram os impulsionadores do encerramento do SAP.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que não compete a esta Assembleia Municipal deliberar sobre publicidade partidária, como tal, não irá colocar a proposta a votação.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, no uso dela, referiu que só agora soube que houve uma vigília, mas subscreve-a totalmente porque é um direito de cidadania que vem desde o 25 de Abril de 1974 e que está consagrado na Constituição. Quanto à propaganda política, considera que esta é um direito que assiste a todos os partidos. Ainda no que respeita ao encerramento do SAP do Centro de Saúde, salientou que está certo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tudo fará para que tal não aconteça.

O Sr. José Oliveira continuou a sua intervenção fazendo um elogio à instituição de carácter social ACUREDEPA, uma vez que sabe, por conhecimento pessoal, que os utentes daquela instituição são bem tratados.

Terminou apresentando uma moção escrita, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2), contra o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do centro de Saúde de Tábua.

Dada a palavra à Sra. Dr.^a. Nádia Marques de Sousa Ramos, Membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da não inclusão do concelho de Tábua no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) de 2010, ressaltando que considera fundamental a construção do Centro Educativo de Tábua. Esclareceu que, no que concerne à problemática da propaganda política, a lei distingue propaganda eleitoral de propaganda política, não sendo esta última proibida e pode ser afixada mediante regulamento, que pode ser criado pela autarquia.

Dada a palavra ao Sr. Carlos Alberto Moreira, Membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a reparação da valeta que se encontra na saída de Candosa para Percelada, já que a mesma fica cheia de água e torna a via perigosa. Quanto à questão do encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua, considera que esta Câmara Municipal tudo tem feito para evitar o fecho do mesmo, afirmado que se for convocada alguma manifestação, com algum tempo de antecedência, estará na primeira fila.

Dada a palavra ao Sr. Manuel Lourenço Dinis Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, referiu que como membro da Assembleia Municipal é o interlocutor da população de Mouronho, e apesar de ter conhecimento que está a decorrer uma auditoria à Autarquia, são vários os ofícios que já enviou, que continuam sem resposta, sentindo que a freguesia de Mouronho continua a ser marginalizada. Neste contexto, questionou quais os motivos, e quem os definiu, para uma freguesia com a dimensão de Mouronho, só ser contemplada com 90 mil euros do orçamento. Quanto ao problema da cor da água canalizada, referiu que as Águas do Planalto prometeram a substituição dos filtros, mas que até à data tal não aconteceu. Referiu, ainda, o estado intransitável em que se encontram algumas vias na freguesia e solicitou a substituição da canalização do Fontão.

Dada a palavra ao Sr. António José Santos Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Carapinha, no uso dela, solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca do Pólo Industrial da Carapinha, visto que, a Junta de Freguesia já fez o levantamento topográfico e pagou o projecto do mesmo, tendo dado entrada nos serviços da Câmara não havendo, até à data, qualquer evolução. Considera que esta situação pode trazer prejuízos à freguesia, visto haver empresas que se querem instalar, nomeadamente uma empresa 98% virada para a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exportação, um investimento que ronda os 6 milhões de euros, e não estão criadas as condições para que tal aconteça. Quanto às obras do IC6, apesar da Junta de Freguesia fazer as devidas fiscalizações, solicita a intervenção dos técnicos da autarquia, visto nesta fase as obras já interferirem com os caminhos agrícolas e as estradas municipais. Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara o interesse que tem demonstrado em fazer as devidas reclamações às Estradas de Portugal. Terminou a sua intervenção solicitando, também, esclarecimentos acerca do Portal Electrónico de Apoio às Juntas de Freguesia.

Dada a palavra à Sra. Dra. Ana Sofia Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, referiu que defende a gravação das Sessões da Assembleia Municipal, de modo a facilitar a elaboração das respectivas actas, visto que retirar o essencial não é simples, é um trabalho complicado, dando honras a quem as faz. Quanto à questão do encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua, refere que a Câmara tudo tem feito para impedir tal situação, mas questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca do conteúdo das comunicações mais recentes da ARS, se há razões para a população ter medo e o que se poderá fazer. A finalizar, solicitou esclarecimentos acerca de notícias na Comunicação Social que dão conta da intenção do Concelho de Tábua sair da Região de Turismo do Centro, para passar a integrar a Região de Turismo da Serra da Estrela.

Dada a palavra ao Sr. José Ângelo Pires de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Midões, no uso dela, solicitou a intervenção da autarquia na estrada da Póvoa de Midões para os Tojais, visto que a última intervenção data de Agosto de 2008. Solicitou, ainda, solução para o lugar de Vale de Taipa que, após as obras do saneamento básico, ficou quase intransitável. A terminar, questionou se irão existir verbas para as freguesias no ano de 2010 e qual o timing para a entrega das mesmas.

Dada a palavra ao Sr. Alfredo Francisco Santos Marques, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, pediu desculpa pelo atraso e questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca de uma obra que realizou a mando do Sr. Amílcar Castanheira Luís, que na altura o informou que seria o município a pagar a factura da mesma e que, até à data, tal não aconteceu.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, apesar de o assunto não ser matéria desta Assembleia Municipal, irá dar a palavra ao Sr. Amílcar Castanheira Luís, membro do grupo Municipal do P.S., para exercer o seu direito de defesa.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. Amílcar Castanheira Luís, membro do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, esclareceu que o Sr. Alfredo Francisco Santos Marques sabe que houve uma reunião entre o Sr. Amílcar e o Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde foi decidido que a factura da obra ia ser paga pela autarquia.

Dada a palavra à Sra. Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Ázere, e no uso dela, agradeceu, em nome da Freguesia de Ázere, o esforço e a dedicação da Câmara Municipal em torno da realização do saneamento básico da freguesia, salientando que o mesmo é para toda a freguesia e não apenas para a localidade de Ázere. Solicita a marcação de uma reunião para apresentação do projecto, de forma a acabar com as especulações, salientando que a Junta de freguesia tem toda a informação e toda a população a pode consultar. Realçou, ainda, que o caminho para o Espadanal tem que ser reparado antes de se iniciarem as obras, para que a população não fique com a via intransitável.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, começou por cumprimentar todos os presentes. Salientou que a posição oficial da Câmara Municipal é contra o encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua e têm lutado para que se mantenha em funcionamento. Apesar de todos os esforços, a realidade é que, numerosos Serviços de Atendimento Permanente (SAP), estão a encerrar por todo o país, e por conseguinte, veremos a evolução do SAP do centro de Saúde de Tábua. A preocupação da autarquia é possibilitar a melhor assistência médica durante este período, esclarecendo que o executivo já reuniu com o presidente da Administração Regional de Saúde e com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), para que, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Tábua, possam assegurar a triagem dos doentes, para evitar a deslocação ao SAP de Arganil.

Ainda neste contexto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou, ao Sr. Presidente da Assembleia, que fosse concedida a palavra ao Senhor Vereador Mário de Almeida Loureiro, para prestar mais alguns esclarecimentos, o que lhe foi concedido nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que os Bombeiros Voluntários de Tábua têm localizada no quartel uma viatura do INEM, que esteve para ficar em Santa Comba Dão mas que, na reunião que houve com o INEM, os Bombeiros Voluntários de Tábua, os Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão e os Municípios de Tábua e Santa Comba Dão, foi decidido, por proposta dos Bombeiros Voluntários de Tábua, que a mesma ficasse sediada em Tábua. Referiu também que, mediante a possibilidade de encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua, a autarquia e os Bombeiros Voluntários de Tábua, com o apoio do Governador Civil de Coimbra, estão em conversações com o INEM para que a viatura passe a ser



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da responsabilidade dos Bombeiros Voluntários de Tábua, com equipamento de suporte de vida, para que possa estar ao serviço da população 24 horas por dia, realçando que os bombeiros têm a mesma formação que os técnicos do INEM que neste momento prestam serviço em Tábua, estando disponíveis para assumir as responsabilidades.

Dada novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e no uso dela, referiu que, no que concerne à questão do encarecimento das facturas da água, e visto ser um tema que surge em todas as assembleias, sugeriu que fossem designados dois elementos desta Assembleia Municipal para, em representação da mesma, reunirem com a administração da empresa Águas do Planalto, de forma a colocarem todas as questões.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, esclareceu que uma obra como o IC6 causa transtornos, bem como a implementação das novas fábricas do Grupo Aquinos, mas considera ser um sacrifício em prol de um benefício maior, pois muitas outras Juntas e Municípios gostariam de ter uma fábrica com a dimensão da que existe em Sinde, solicitando o apoio da Junta de Freguesia e realçando que já foi realizada uma reportagem fotográfica dos danos maiores, que vai ser enviada às Estradas de Portugal, para que os mesmos possam ser reparados. Mais informou que, aquando da última visita do Secretário de Estado das Obras Públicas e dos presidente e vice-presidente das Estradas de Portugal, foi expressa a revolta do município pelos estragos causados nas estradas municipais.

Quanto aos danos nas vias causados pelas obras de saneamento básico, nomeadamente na freguesia de Covas, estrada de Loureiro a Vila Nova de Oliveirinha, realça que, para além da obra em si, o mau tempo que se tem sentido tem piorado as condições dos pavimentos e estruturas, salientando que após a adjudicação das empreitadas, se for necessário fazer alguma alteração, a lei obriga a abertura de novo concurso e nova adjudicação.

No que concerne à questão da Extensão de Saúde de Covas, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que tem a garantia do Administrador Regional de Saúde que a mesma não irá encerrar, salientando que, na maioria das vezes, os profissionais que se candidatam a lugares no interior do país, vêm aqui uma oportunidade para, mais tarde, se transferirem para o litoral, condicionando o bom funcionamento dos serviços de saúde do interior, como é o caso do médico em questão, originando estes problemas na Extensão de Saúde de Covas.

Quanto à questão do PIDDAC, clarificou que a construção do Centro Educativo de Tábua não está dependente deste programa, que já se encontra na fase de concurso, salientando que já existe uma obra em desenvolvimento no âmbito do PIDDAC, nomeadamente as futuras



instalações da Segurança Social, e que em última análise, Tábuas é o quinto concelho a receber mais verbas desse programa.

Quanto ao pedido de esclarecimentos acerca da criação do portal electrónico de apoio às juntas de freguesia, salientou que já foi solicitado à entidade reguladora a devida formação para os presidentes das juntas de freguesia do concelho, estando a aguardar a indicação da data. No que concerne à questão da entrada do concelho de Tábuas na Região de Turismo da Serra da Estrela, esclareceu que o município estará onde houver mais apoio, realmente receberam um convite e estão a analisar a proposta, ressalvando que esta matéria será deliberada em reunião de câmara e assembleia municipal.

Relativamente às preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Midões, reembrou que na altura da intervenção da autarquia na estrada da Póvoa de Midões para os Tojais, foi dito que havia grande probabilidade do alcatrão ceder, devido à vala que foi aberta para a colocação de tubagem não estar devidamente consolidada, situação ainda mais agravada pelas actuais condições meteorológicas.

A terminar, e no que concerne à questão colocada pelo Sr. Alfredo Francisco Santos Marques, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, salientou que a obra a que a factura se refere, é uma obra importante, de cariz social, estando o assunto a ser analisado. Acrescentou que, no que concerne ao saneamento básico da freguesia de Ázere, trata-se de uma obra inter-municipal, entre os municípios de Tábuas e Santa Comba Dão, e que foi adjudicada à empresa Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda.

Solicitada a palavra pelo Sr. Fernando Manuel de Brito Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, e no uso dela, clarificou que quando faz intervenções na assembleia municipal é pelo interesse da população de Sinde, ressalvando que é 200% a favor da implementação do Grupo Aquinos, tendo a junta de freguesia já adquirido lembranças para homenagear os administradores do Grupo. Terminou lamentando a falta de comparência de um membro do executivo na 1ª Montaria da Associação de Caçadores Espariz/Sinde.

Solicitada a palavra pelo Sr. João Luiz Alves Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, e no uso dela, declarou que o Grupo Municipal do Partido Socialista é a favor da moção apresentada pela CDU, sugerindo que a mesma seja, também, enviada para a Administração Regional de saúde do Centro e para o governo civil de Coimbra.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De imediato, e uma vez que foi apresentada uma moção por um Membro da Assembleia, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi posta a mesma à votação, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e seis Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR MAIORIA a proposta apresentada, ou seja, uma MOÇÃO contra o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Tábuas.

Após a votação, foi solicitada a palavra pelo Sr. Amílcar Castanheira Luís, membro do grupo Municipal do P.S., que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, e no uso dela, declarou que o seu voto contra surge como contestação à arrogância com que algumas pessoas abordam os diversos assuntos.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N° 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Carlos Canotilho Lage, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, abordou o cronograma financeiro do Centro Cultural de Tábuas, salientando que a previsão de financiamento para 2010 é de 850.449,60 €, mas que no Plano Plurianual de 2010, aprovado em assembleia, o financiamento definido é de 931.531,00 €. Ainda neste contexto, salientou que o mesmo acontece com as previsões de financiamento para 2011, que na Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara é de 535.550,43 €, e no Plano Acta n.º 4 da Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 2010



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plurianual é de 454.470,00 €, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca desta discrepância de valores. Considerou, ainda, que esta informação escrita é demasiado sucinta, podendo ser mais generosa, pois considera que têm decorrido mais actividades do que aquelas que vêm mencionadas.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder à questão colocada pelo Dr. João Canotilho Lage, e no uso dela, referiu que os dados mencionados nesta informação escrita são fruto da última informação transmitida pelo CIMPIN, que são adaptados ao Plano de Actividades do Município. No que respeita às actividades, informou que estão a decorrer as escrituras dos vários terrenos onde serão implementadas as novas fábricas do Grupo Aquinos, nomeadamente a Novaqui, incluída na área empresarial Sinde/Tábua, cujas terraplanagens já decorrem. Aproveitou, ainda, para agradecer ao Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal todo o trabalho desenvolvido.

Neste contexto, o Sr. Presidente da Câmara solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que fosse concedida a palavra ao Senhor Vereador Mário Loureiro, para prestar mais esclarecimentos acerca destas escrituras, o que lhe foi concedido nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu numa próxima assembleia será dado conhecimento de todas as escrituras realizadas e prestados os devidos esclarecimentos acerca deste processo.

O Sr. Presidente da Assembleia, uma vez que mais ninguém quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.

2- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N° 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação acerca da situação financeira do Município, tendo já sido distribuída a sua informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Dr. João Carlos Canotilho Lage, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, demonstrou a sua preocupação com o aumento do montante da dívida desde a última informação financeira presente em assembleia. Considera, também, que a situação é dinâmica, evolutiva, mas que é fundamental estarem atentos. Questionou se há alguma estimativa do valor que ainda não se encontra facturado e se já foi cobrado o empréstimo a curto prazo, aprovado na ultima assembleia.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual, no uso dela, solicitou a intervenção do Sr. Dr. António Vaz – Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, para prestar os esclarecimentos solicitados, o que lhe foi concedido nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que, como o Dr. João Carlos Canotilho Lage disse, o orçamento é evolutivo, dinâmico, dando origem a diferenças entre o que se previu receber e o que efectivamente se cobrou, facto este que necessariamente se irá repercutir na dívida. No entanto, está confiante que a receita aumentará, uma vez que o executivo se encontra a desenvolver esforços no sentido de efectivar a privatização do saneamento. Acrescentou que o orçamento da receita e de despesa assentam em pressupostos, aprovados pela Câmara e Assembleia, e que ambos estão interligados. A presente dívida advém da não efectivação da receita prevista, pelo que se espera que até final do ano a mesma se efective e se possa proceder aos devidos pagamentos. Quanto ao empréstimo a curto prazo, ainda não se avançou para o mesmo.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, afirmou que discorda do que foi esclarecido, uma vez que considera que nunca se deve pôr nada a pagamento sem que esteja acautelado o cabimento orçamental.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual, no uso dela, solicitou a intervenção do Sr. Dr. António Vaz – Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, para prestar os esclarecimentos solicitados, o que lhe foi concedido nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que em termos orçamentais, legais e contabilísticos, toda a despesa está devidamente cabimentada. O que acontece é que neste momento, por falta de cobrança de receita, não há liquidez suficiente para efectuar o pagamento de todas as despesas facturadas.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia, uma vez que mais ninguém quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.



3- PROPOSTA DE COLABORAÇÃO COM AS FREGUESIAS/DELEGAÇÃO GENÉRICA DE COMPETÊNCIAS

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra à Sra. Fernanda da Costa Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Covas, e no uso dela, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se é sua intenção atribuir alguma verba para limpeza e arranjo de caminhos, salientando que a freguesia de Covas tem oito lugares e a junta de freguesia não tem meios financeiros suficientes para fazer face a todos os trabalhos, ou contribuir com o provimento de materiais.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, referiu que os presidentes das juntas de freguesia é que vão decidir, mediante proposta, a quem vão ser delegadas as diversas responsabilidades.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Proposta de Colaboração com as Freguesias/Delegação Genérica de Competências, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 04 de Dezembro de 2009, acompanhada da certidão da acta da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de 14 de Janeiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, dada a necessidade de estabelecer um Quadro de Colaboração entre o Município de Tábua e as Freguesias, ao abrigo do artigo 15º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e dos artigos 37º e 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para as Juntas de Freguesia poderem exercer actividades incluídas na competência da Câmara Municipal por delegação desta, mediante a celebração de Protocolos, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Posta à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Proposta de Colaboração com as Freguesias/Delegação Genérica de Competências, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 04 de Dezembro de 2009, acompanhada da certidão da acta da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de 14 de Janeiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, dada a necessidade de estabelecer um Quadro de Colaboração entre o Município de Tábua e as Freguesias, ao abrigo do artigo 15º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e dos artigos 37º e 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para as Juntas de Freguesia poderem exercer actividades incluídas na competência da Câmara Municipal por delegação desta, mediante a celebração de Protocolos, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

4- PROTOCOLO COM JUNTAS DE FREGUESIA/APOIO MENSAL PARA PEQUENOS ARRANJOS NAS ESCOLAS;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, considerou que a criação de uma taxa fixa cria desigualdades entre as freguesias, devido às suas diferentes dimensões. Salientou que, sendo um dos pressupostos deste protocolo as deslocações, seria muito mais económico ser a autarquia a fazer este serviço, já que a maioria das juntas de freguesia não têm capacidade para responder a esta questão, obrigando-as a contratar empresas privadas.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. José Augusto Pereira Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Espariz, e no uso dela, salientou o seu total acordo com o que foi dito pelo Sr. Fernando de Carvalho Andrade, acrescentando que a Junta de Freguesia de Espariz já fez algumas pequenas reparações na escola, e outras, mas considera, sem pôr em causa os 100 € mensais previstos, que estes sejam atribuídos desde Setembro de 2009, inicio do ano lectivo, e não apenas desde Janeiro de 2010.

Dada a palavra à Sra. Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Ázere, e no uso dela, concordou com tudo o que foi dito anteriormente pelos membros da assembleia, fazendo apenas referência ao processo de formação dos presidentes de junta de freguesia, que considera que se deve estender aos outros membros do executivo, questionando a forma de cabimentação da mesma.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Protocolo com Juntas de Freguesia/Apoio Mensal para Pequenos Arranjos nas Escolas, decorrente da informação n.º 02/09, de 09 de Dezembro de 2009, da Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Neves, acompanhada da certidão da acta da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de 14 de Janeiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, propondo a concessão de um apoio mensal às Juntas de Freguesia do Concelho, no valor de 100,00€ (cem euros), com efeitos a partir de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2010, reiterado em cada ano lectivo, para execução de pequenas obras de manutenção nas escolas e jardins-de-infância das mesmas, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Posto à votação, pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: DUAS;

APROVADO POR MAIORIA, o Protocolo com Juntas de Freguesia/Apoio Mensal para Pequenos Arranjos nas Escolas, decorrente da informação n.º 02/09, de 09 de Dezembro de 2009, da Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Neves, acompanhada da certidão da acta da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de 14 de Janeiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, propondo a concessão de um apoio mensal às Juntas de Freguesia do Concelho, no valor de 100,00€ (cem euros), com efeitos a partir de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2010, reiterando em cada ano lectivo, para execução de pequenas obras de manutenção nas escolas e jardins-de-infância das mesmas, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.



Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

5- CELEBRAÇÃO DE ESCRITURA – PRÉDIO RÚSTICO SITO AOS “CURRAIS”, FREGUESIA DE TÁBUA, INSCRITO NA MATRIZ SOB O ART.º N.º 3287, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE BTT DO MONDALVA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Dr. João Carlos Canotilho Lage, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, congratulou o executivo por esta iniciativa. Propôs a alteração da designação, ao invés de Centro de BTT do Mondalva ser Centro de Ciclismo do Mondalva, uma vez que desta forma aborda mais modalidades.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, e no uso dela, solicitou mais esclarecimentos acerca desta questão.

Ainda neste contexto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou, ao Sr. Presidente da Assembleia, que fosse concedida a palavra ao Senhor Vereador Mário de Almeida Loureiro, para prestar mais alguns esclarecimentos, o que lhe foi concedido nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que no âmbito da candidatura do município à ADXISTUR foram estabelecidos, pela Comissão Directiva da mesma, circuitos de lazer desportivos, nomeadamente na zona da Pedra da Sé, o que fundamenta a construção de um Centro de BTT. Neste contexto, a Câmara Municipal encetou as devidas diligências para proceder à compra do terreno, sendo proprietário o Sr. Eng.º Lucena que prontamente doou o mesmo à autarquia. Quanto à alteração da designação, é uma questão QUE IRÁ COLOCAR À Comissão Directiva da ADXISTUR.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APL *BL*

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Eng.^º Francisco Ivo de Lima Portela, e no uso dela, aproveitou para louvar o Sr. Eng.^º Lucena pela doação do seu terreno em prol do concelho.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia, uma vez que mais ninguém quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.

6- 1^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No inicio deste ponto o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou, ao Sr. Presidente da Assembleia, que fosse concedida a palavra ao Sr. Dr. António Vaz – Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, para prestar mais alguns esclarecimentos, o que lhe foi concedido nos termos do art.^º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que esta 1^a revisão surge na sequência da rubrica “pagamento de juros” que, por lapso, não foi inserida no orçamento original. Ao ter de ser efectuada esta revisão, surgiu também a necessidade de abrir uma nova rubrica para obstar à necessidade de cobrir as despesas previstas na alínea a) do nº 1 do art. 3º do Decreto-lei nº 235/95, de 8 de Setembro, na sequência do falecimento de um trabalhador da Câmara Municipal.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, questionou se o funcionário que faleceu estava coberto pela Segurança Social.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, no uso dela, referiu que compete ao Município o pagamento desta verba.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da 1^a Revisão ao Orçamento, decorrente das informações nºs 008/SCAP/10 e



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10/SP/10, respectivamente de 11 de Janeiro e 01 de Fevereiro de 2010, acompanhadas da Minuta n.º 19 da Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09 de Fevereiro p.p., relativa à 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita do corrente ano, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Posta à votação, pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a 1^a Revisão ao Orçamento, decorrente das informações nºs 008/SCAP/10 e 10/SP/10, respectivamente de 11 de Janeiro e 01 de Fevereiro de 2010, acompanhadas da Minuta n.º 19 da Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09 de Fevereiro p.p., relativa à 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita do corrente ano, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

7- ALTERAÇÃO DE LISTAGENS DAS OBRAS CONSTANTES NO EMPRÉSTIMO DA CGD – EMPRÉSTIMO A LONGO/MÉDIO PRAZO NO VALOR DE 950.000,00€;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Seguidamente foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Carlos Canotilho Lage, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, referiu que este é um ponto muito importante da ordem de trabalhos, afirmando que lhe é muito difícil interpretar os argumentos para a não execução de algumas obras, salientando o “Arruamento no Lugar de Vila do Mato”, a “Estrada Principal da Alvoeira” e o “Caminho no Lugar das Barras”. Ressalta que as obras a executar centram-se principalmente em três freguesias do concelho, Midões, Vila Nova de Oliveirinha e



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Meda de Mouros, o que origina algum desfasamento no que é considerado de interesse público, visto ficarem outras freguesias prejudicadas.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, manifestou o seu desagrado pela não execução da obra na Estrada Principal da Alvoeira, uma vez que significa que a freguesia de Mouronho é mais uma vez prejudicada, já que a verba retirada servirá para englobar dez obras de outras freguesias. Considera que o arranjo dessa estrada é uma necessidade para a freguesia de Mouronho, que é uma das maiores do concelho, com 15 lugares, e mais uma vez é discriminada.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, no uso dela, referiu que esta é uma matéria que o preocupa imenso, visto que as condições meteorológicas têm contribuído para o péssimo estado em que se encontram algumas estradas no concelho, destacando a estrada de acesso ao Espadanal e a estrada principal da Alvoeira, solidarizando-se com o Sr. Fernando de Carvalho Andrade.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual, no uso dela, salientou que todas estas alterações têm justificação, salientando, como exemplo, que as obras a efectuar nas freguesias de Pinheiro de Côja e de Vila Nova de Oliveirinha eram essenciais, uma vez que em Pinheiro de Côja a obra foi realizada em simultâneo com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, e em Vila Nova de Oliveirinha, dois lugares da freguesia corriam o risco de ficar isolados. Realçou que a obra da estrada principal da Alvoeira irá ser realizada.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Alteração de Listagem das Obras Constantes no empréstimo da CGD – Empréstimo a Médio/Longo Prazo no Valor de 950.000,00 €, decorrente da Informação n.º 027/SCAP/10, de 04 de Fevereiro p.p., da Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património, acompanhada da Minuta n.º 20 da Acta da Reunião de Câmara Ordinária de 09 de Fevereiro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Posta à votação, pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: TRÊS;

ABSTENÇÕES: SEIS;

APROVADA POR MAIORIA a Alteração de Listagem das Obras Constantes no empréstimo da CGD – Empréstimo a Médio/Longo Prazo no Valor de 950.000,00 €,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decorrente da Informação n.º 027/SCAP/10, de 04 de Fevereiro p.p., da Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património, acompanhada da Minuta n.º 20 da Acta da Reunião de Câmara Ordinária de 09 de Fevereiro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, apresentou uma declaração de voto **escrita**, a qual **foi presente à Mesa devidamente datada e assinada**, que o **Sr. Presidente da Assembleia rubricou**, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (**Documento nº 3**), indicando o seu voto contra a aprovação do documento referente à Alteração de Listagem das Obras Constantes no empréstimo da CGD – Empréstimo a Médio/Longo Prazo no Valor de 950.000.00 €, pois considera que é mais uma vez evidente e notório a discriminação feita à freguesia de Mouronho.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, e no uso dela, apresentou uma declaração de voto **escrita**, a qual **foi presente à Mesa devidamente datada e assinada**, que o **Sr. Presidente da Assembleia rubricou**, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (**Documento nº 4**), indicando o seu voto contra a aprovação do documento referente à Alteração de Listagem das Obras Constantes no empréstimo da CGD – Empréstimo a Médio/Longo Prazo no Valor de 950.000.00 €, uma vez que os documentos foram entregues em cima da hora e não foi possível estudar o assunto.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, e no que concerne à declaração de voto do Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, foi esclarecido que os documentos lhe foram enviados dentro dos prazos instituídos no Regimento da Assembleia Municipal, não sendo, de todo, da responsabilidade da mesma o facto do membro da assembleia residir fora do concelho, ou o facto de não se encontrar em casa aquando da entrega dos mesmos pelos CTT. Aliás, para obviar a esta situação e embora não fosse obrigação dos serviços, foi-lhe entregue um novo conjunto de documentos, para que pudesse estar devidamente informado, situação que não se pretende ver repetida, visto tratar-se de um gasto completamente injustificado, quando o próprio Regimento prevê que se privilegie a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

via electrónica para o envio dos documentos, embora esta opção não seja possível por recusa do Sr. José Manuel Oliveira.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

8 – SOS MUNÍCIPE – PROPOSTA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Seguidamente foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Luiz Alves Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, louvou a apresentação deste projecto, salientando, apenas, duas preocupações, a primeira face à excessiva celeridade do parecer, que pode trazer incorrecções, e a segunda no que respeita à escassez do numero de famílias a serem beneficiadas por este projecto, dez famílias com financiamento no valor de 1500 euros é muito pouco.

Dada a palavra à Sra. Dra. Ana Sofia Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, louvou este projecto, sobretudo no que concerne ao apoio em géneros e à parceria com o comércio local. Salienta, no entanto, que tem as mesmas dúvidas que o Sr. João Luiz Alves Fiúza, pois o projecto pode transmitir a ideia de que é discricionário.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que o timing deste projecto o surpreende, visto considerar que o concelho atravessa um grande momento de desenvolvimento, argumentando que os serviços deveriam ser mais clarividentes. Realçou, ainda, que na sua opinião o grande flagelo no concelho é o alcoolismo, considerando que a este projecto devia ser acrescentado acompanhamento psicológico às famílias em risco.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Carlos Canotilho Lage, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, questionou acerca da realização, ou não, de



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discussão pública acerca desta matéria. Considera que os termos de elegibilidade das famílias é lato, considerando fundamental haver um trabalho minucioso na proposta de regulamentação.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, e no uso dela, considerou que nos dias de hoje há muita pobreza encoberta, a classe média está a desaparecer, sendo de louvar a criação desta proposta. Pensa que a autarquia se deveria debruçar mais sobre os problemas sociais, observando que é fundamental os técnicos irem para o terreno e que estes devem ter sensibilidade para avaliar as situações de efectiva carência. Referiu ainda que, na sua opinião, o apoio deve ser dado em géneros com a intervenção no processo de algumas entidades dando o exemplo das farmácias entre outras.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual, no uso dela, solicitou a intervenção do Senhor Vereador Mário de Almeida Loureiro, para prestar os esclarecimentos solicitados, o que lhe foi concedido nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que a autarquia, ao fazer o plano/orçamento de 2010, apostou na acção social, sendo este um projecto-piloto, que visa, sobretudo, solucionar situações pontuais de emergência e é um apoio em género alimentícios, sendo que todas as decisões serão tomadas pelas técnicas da autarquia e pela vereadora responsável.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Proposta SOS Município, decorrente da Informação n.º 25/10, de 4 de Fevereiro p.p., da Dra. Ana Paula Duarte, do Sector de Acção Social, do DDASECT, que anexa o Projecto de Regulamento “SOS Município”, acompanhada da Minuta n.º 23 da Acta da Reunião de Câmara Extraordinária de 09 de Fevereiro p.p., solicitando a criação de uma acção denominada SOS Município, que tem por objectivo a aquisição de alimentos para atribuir a famílias com carências económicas, em situações de emergência, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Posta à votação, pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, a aprovação da Proposta SOS Município, decorrente da Informação n.º 25/10, de 4 de Fevereiro p.p., da Dra. Ana Paula Duarte, do Sector de Acção Social, do DDASECT, que anexa o Projecto de Regulamento “SOS Município”, acompanhada da Minuta n.º 23 da Acta da Reunião de



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Extraordinária de 09 de Fevereiro p.p., solicitando a criação de uma acção denominada SOS Município, que tem por objectivo a aquisição de alimentos para atribuir a famílias com carências económicas, em situações de emergência, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto foi solicitada a palavra pelo município Sr. Tiago Cardoso Pinto, solteiro, residente no concelho de Tábua, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu, e no uso dela, questionou a existência, ou não, de uma torre de cenários no futuro Centro Cultural de Tábua, estrutura essencial à realização de peças de teatro com múltiplos cenários e actos.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia, a fim de prestar declarações acerca da questão colocada, e no uso dela, solicitou que a questão fosse colocada por escrito, a fim de a colocar aos técnicos responsáveis pela realização do projecto.

Em seguida foi solicitada a palavra pela município Sra. Rita Costa, solteira, residente na freguesia de Tábua, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu, e no uso dela, apresentou-se como representante do Movimento de Utentes do Centro de Saúde de Tábua, salientando que trazia algumas questões, mas que foram respondidas no decorrer da Assembleia. Terminou louvando a aprovação da moção apresentada pelo membro da Assembleia Sr. José Manuel Ferreira Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Paulo Jorge Dinis Eliseu, Primeiro Secretário,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Sidónio Fernandes da Costa, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Sidónio Fernandes da Costa)

O Primeiro Secretário:

(Paulo Jorge Dinis Eliseu)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)